

Economia

Mercado de trabalho Desemprego de longa duração desanima portugueses

Mais de 200 mil pessoas já desistiram de procurar emprego em Portugal

Além dos 688 mil desempregados, há 204 mil pessoas dadas como inativas porque já não procuram trabalho e não contam para as estatísticas do desemprego

Raquel Martins

● Não é raro ouvir-se empresários dizer que têm lugares disponíveis e não encontram trabalhadores para os ocupar. Mas o contrário também é verdade. Há cada vez mais pessoas - sobretudo mulheres - a desistir de procurar emprego e que passam para a situação de inatividade. Uma porque, embora estejam disponíveis para trabalhar, já não procuram um emprego. Outras porque simplesmente acham que não têm lugar no mercado de trabalho, devido às suas baixas qualificações ou à idade.

Se estas 204 mil pessoas contassem para as estatísticas, o número de desempregados disparava dos 689 mil para os 892 mil. E a taxa de desemprego, que, no primeiro trimestre de 2011, atingiu o nível histórico de 12,4 por cento, estaria nos 15,5 por cento.

Nas estatísticas divulgadas na semana passada, o Instituto Nacional de Estatística (INE) deu conta de 144 mil pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não fizeram quaisquer diligências para encontrar um emprego antes do inquérito (são os chamados "inativos disponíveis"). A estes somam-se 60 mil inativos que perderam qualquer esperança de voltar a entrar no mercado de trabalho, porque consideram que são demasiado velhos, não têm instrução suficiente ou acham que simplesmente não vale a pena procurar (os "inativos desencorajados").

Estes dados não podem ser comparados com os trimestres anteriores, uma vez que o INE passou a usar uma nova metodologia, mas, em 2009 e 2010, a tendência tem sido para um aumento, embora irregular, dos inativos nesta situação.

Aos inativos disponíveis e desencorajados, há ainda que juntar 174 mil pessoas que dizem trabalhar menos horas do que gostariam, o que as deixa numa situação de subemprego.

Com a economia em recessão e com as empresas a retrair-se na criação de postos de trabalho, este cenário parece ter terreno fértil para se desenvolver.

O mesmo acontece com o desemprego de longa duração. Desde o iní-

cio do ano passado, mais de metade dos desempregados estão afastados do mercado de trabalho há já um ano e, entre estes, a maior fatia está desempregada há dois ou mais anos. Para agravar as coisas, a permanência prolongada no desemprego afecta sobretudo os que têm baixas qualificações e mais de 45 anos, dificultando o seu regresso ao mercado.

O impacto da troika

O crescente desemprego de longa duração, aliado ao facto de 54 por cento dos desempregados não terem qualquer tipo de protecção social, é especialmente preocupante quando se lêem as propostas do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a troika. O documento prevê uma redução significativa do valor e da duração do subsídio de desemprego, embora facilite o acesso à prestação, com o objectivo de fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração.

Mas, para Bagão Félix, antigo ministro das Finanças do Governo PSD/CDS, o memorando é pouco sensível aos problemas e coloca os trabalhadores mais velhos numa situação *kafkiana*. "Pessoas com mais de 45 anos dificilmente vão reentrar no mercado de trabalho, vão ter uma redução da indemnização em caso de despedimento e uma redução do valor do subsídio de desemprego", resume.

Para Augusto Mateus, a raiz do desemprego reside em problemas conjunturais - a economia em recessão gera menos emprego - e estruturais, como a perda de competitividade das empresas, a perda de eficiência do Estado e as baixas qualificações da população desempregada. "Temos um problema estrutural de competitividade e de empregabilidade e temos um fenómeno conjuntural que é o mais fácil de lidar", sustenta.

Taxa natural mais alta

Mas, afinal, quando é que o desemprego começará a baixar? É de esperar que, passada esta recessão, Portugal volte a ter taxas de desemprego relativamente baixas?

A julgar por uma análise publica-

da no Relatório Anual do Banco de Portugal (BdP), dificilmente a taxa de desemprego voltará aos níveis anteriores à recessão. A instituição conclui que "as duas recessões mais recentes caracterizam-se pelo não retorno das taxas de desemprego aos níveis pré-recessão".

De acordo com o BdP, na última década, o aumento da taxa de desemprego tem reflectido também a evolução das características estruturais da economia portuguesa, "traduzidas na tendência ascendente da taxa natural de desemprego" e que, de acordo com os cálculos do BdP, já está próxima dos 9 por cento, muito acima dos níveis de quatro a cinco por cento do início dos anos 2000.

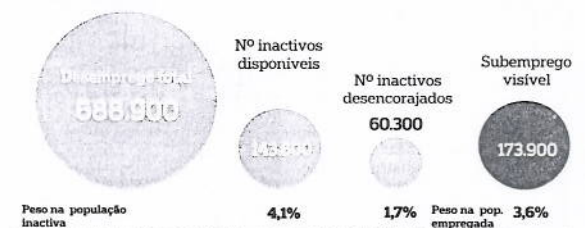
Bagão Félix, antigo ministro ouvido pelo PÚBLICO, diz que há razões estruturais - como o desajustamento entre a formação dos trabalhadores e as necessidades do mercado de trabalho ou o incentivo à permanência das pessoas no mercado de trabalho, por via do aumento da idade da reforma - que farão com que "a taxa natural de desemprego tenda a subir".

O antigo ministro também duvida que a fórmula clássica, que diz que só com taxas de crescimento acima dos dois por cento a economia começa a criar empregos, tenha "aderência com a realidade". "Com a terciarização da economia, temos cada vez mais sectores onde o aumento da produção de riqueza se faz mais por via do aumento da produtividade do que pela criação de emprego", justifica. Ainda assim, acredita que, em 2014, e graças às exportações, será possível inverter a tendência de crescimento do desemprego.

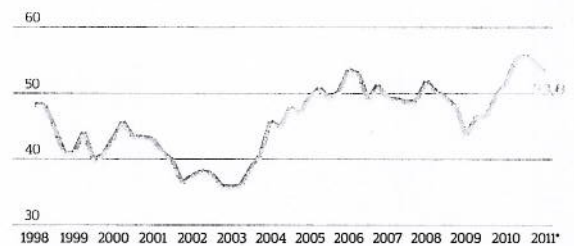
Também Augusto Mateus, economista, realça que, passada a recessão, apenas "uma parte do emprego" será recuperada. "Os 100 mil postos de trabalho que se perderam no têxtil, por exemplo, não serão recuperáveis. Isso só acontecerá se mudarmos as empresas e se houver incentivos à sua reconversão e modernização", recomenda. Mas, mesmo assim, os trabalhadores dos sectores mais tradicionais, que trabalharam 20 ou 30 anos na mesma empresa e que perderam o emprego, dificilmente voltarão a trabalhar.

Os números vão para além do desemprego oficial. Desistiram, estão desencorajados ou trabalham menos d

1º trimestre de 2011

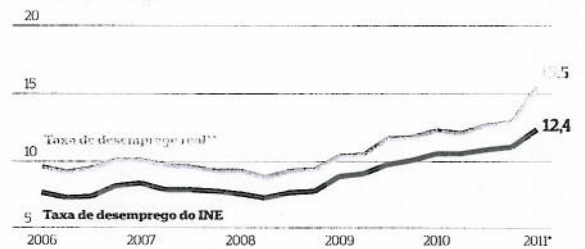


Peso do desemprego de longa duração no total do desemprego. Valores em percentagem



Taxa de desemprego do INE e taxa de desemprego real

Valor em percentagem



*Número apurado através de uma nova metodologia. ** Tem em conta os inativos disponíveis e desencorajados

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Metade dos desempregados está há mais de um ano nessa situação



Republicanos disponíveis para negociar no orçamento

O partido Republicano, pela voz de Paul Ryan, presidente da comissão do Congresso para o orçamento, disse ontem estar disponível para negociar nas áreas dos impostos

e saúde para obter um acordo orçamental com Barack Obama e o Partido Democrata. O acordo é necessário para aumentar o limite da dívida, entretanto ultrapassado.



o que queriam

Repatriamento de pessoas: Pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram emprego nas três semanas anteriores ao inquérito do INE.

Repatriamento de pessoas: Pessoas que não procuraram emprego porque consideram não ter adequadamente sido treinadas ou não acham que vale a pena procurar.

Subemprego visível: Pessoas a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho.

O que muda com as propostas da troika

● Acesso ao subsídio

Agora: Para ter acesso ao subsídio de desemprego os trabalhadores têm que fazer 450 dias (15 meses) de descontos para Segurança Social nos últimos 24 meses.

Antes de 2011: O prazo de garantia para aceder ao subsídio reduz-se para 365 dias (12 meses) nos últimos 24 meses. Prevê-se que os trabalhadores independentes "que prestam serviços para um único empregador" também possam receber a prestação. A medida afectará todos os novos desempregados.

● Duração

Agora: A duração do subsídio depende da idade do desempregado e dos descontos que fez. Pode ir de 270 dias, para os desempregados com menos de 30 anos e que descontaram 24 ou menos meses, até três anos, para os desempregados com 45 ou mais anos e com longas carreiras contributivas. Não afecta os actuais trabalhadores, que podem transportar os direitos acumulados até ao final de 2011 para o futuro.

Antes de 2011: A duração máxima do subsídio será de 18 meses. Ainda não se sabe se a duração mínima também sofrerá mudanças.

● Montante

Agora: O subsídio tem como valor mínimo 419,22 euros (correspondente ao Índice dos Apoios Sociais) e máximo 1258 euros (três IAS). O valor do subsídio mantém-se ao longo do tempo.

Antes de 2011: O valor máximo reduz-se para 1048 euros (2,5 IAS) e passa a haver uma redução de 10 por cento do valor do subsídio a partir do sexto mês de desemprego. Estas alterações aplicam-se a todos os que ficaram desempregados depois da entrada em vigor da legislação.

Joana Cabido, desempregada há cinco anos "Como é que eu cheguei a isto?"

● Na sexta-feira, Joana Cabido, de 46 anos, estava especialmente fragilizada. Há cinco anos que vive graças a apoios sociais e à caridade alheia e a filha, de 23 anos, tinha acabado de lhe ligar a confirmar que apesar de todos os recursos apresentados aconteceu "o impossível": perdeu o direito à bolsa de estudo na Universidade de Coimbra.

Quando entrou num curso de Letras, em 2009/2010, Rute fez as apenas as disciplinas que lhe permitiriam manter a bolsa e mudar para o curso que desejava: Administração Pública. Acontece que no ano passado, "a meio do jogo" - e quando já não havia nada a fazer - o Governo mudou as regras em relação ao aproveitamento escolar, exigindo mais créditos para a atribuição de bolsa. Rute e a mãe consideraram a injustiça tão grande que estavam certas de que a situação havia de se resolver. Na sexta-feira já não alimentavam esperanças. Limitaram-se a chorar juntas, ao telefone.

Joana não tem emprego há cinco anos mas sente-se mais cansada do que nos 25 em que trabalhou na Cerâmica Ceres (desde os 16); e até mais cansada do que nos últimos 11 anos de actividade da empresa quando, por se ter mudado para a Lousã (o único sítio onde podia comprar casa), saía de casa às 5h00 para regressar às 22h00, depois do emprego e de três horas nas limpezas, em Coimbra. Tem insónias e mesmo quando dorme "a cabeça não pára": "Como é que eu cheguei a isto?" Já deixou o número de telemóvel "em mil fábricas": "Quando é

que me telefonam?"

Com o passar do tempo os apoios sociais têm vindo a diminuir. Ganha perto de 600 euros na empresa, depois passou para 400 e tal de subsídio de desemprego, a seguir ficou a receber 300 e tal e agora ainda menos. O Rendimento Social de Inserção é engolido pelo banco, que cobra o empréstimo para a casa. Sobram a mercearia fornecida pelo Banco Alimentar, a generosidade de amigos que oferecem roupa e comida, a amizade da médica do Centro de Saúde que lhe guarda amostras ou, quem sabe, lhe compra os medicamentos para a hipertensão.

Há ainda o dinheiro que os sete so-

brinhos que ajudou a criar lhe dão, de quando em vez. "Continuo a apoiá-los como posso, a passar a ferro, a limpá-los as casas, mas não quero que me paguem: faço isso por amor. Depois, quando eu e a minha filha estamos mais aflitas, eles ajudam-me. Eu não queria, mas eles dizem que estão a cuidar de mim como um dia eu cuidei deles".

Tem "muita sorte", diz Joana, "por a família ser tão unida". Quando a filha agradece a ajuda e promete, a brincar, que ainda há-de chegar a ministra das Finanças, os primos riem-se, mas apoiam-na. Joana também. Diz que, "ao menos, sonhar não custa dinheiro". **Graça Barbosa Ribeiro**



Joana Cabido, 25 anos na Cerâmica Ceres, há cinco no desemprego

Fernando Macio, 49 anos de idade "O subsídio de desemprego ia todo para pagar a prestação da casa"

● Fernando Macio tem 49 anos de idade e três de subsídio de desemprego. Trabalhou como metalúrgico numa fábrica de caldeiras, em Grijó, durante 31 anos. A insolvência da empresa atirou três dezenas de funcionários para o desemprego, que sempre foi elevado nesta região, da área metropolitana do Porto. Com duas filhas, uma de 14 anos, a estudar, e uma de 20, desempregada, Macio diz que é a esposa, cozinheira, quem sustenta a família, com o seu salário de cerca de 600 euros.

Macio ganhava outro tanto, antes de a fábrica falir. Foi por isso que se aventurou a comprar um apartamento. "Fiquei com um subsídio de desemprego de 437 euros. Ia todo para a prestação do banco", relata.

Entretanto, o direito ao subsídio de desemprego acabou, e até che-

gou a ilusão de que teria conseguido arranjar trabalho, que ele próprio tinha arranjado - "até agora, o centro de emprego não me fez uma única proposta", garante. Durou apenas dois meses. O empregador não pagou salário, não lhe deu nada, voltou ao centro de emprego, a pedir subsídio. "Já não tinha direito a ele. Fiquei a receber o subsídio subsequente, menos 20 euros do que o anterior", explica. E assim será durante mais ano e meio, se continuar sem arranjar trabalho.

"Tenho procurado por todo o lado. E já aceito fazer qualquer coisa, não ando só nas fábricas. Procuo de motorista, de vigilante, ando na internet, mando e-mails", garante. Fernando Macio acredita que o facto de ser diabético já lhe "roubou" oportunidades. "Os patrões não gostam de saber que eu tenho de ir a consultas de três

em três meses", garante. Mas insiste que também não quer pedir a reforma por invalidez, apesar de um médico já lhe ter garantido que o conseguiria no seu caso.

"Eu preciso é de arranjar trabalho, para ajudar a pagar as contas. Não é com 400 euros que ninguém sobrevive", insiste. Até porque, se este ano conseguiu beneficiar da moratória que permite reduzir a prestação da casa ao banco (ficou a pagar 100 euros, em vez de 400), este benefício extingue-se passado um ano. Até lá, espera encontrar alguma coisa. "Inscrevi-me no programa Novas Oportunidades. Pode ser que com o nono ano, em vez do sexto tenha mais hipóteses de encontrar trabalho", diz Fernando Macio, insistindo que às vezes "custa muito", mas tem tentado "não desistir". **Lúcia Pinto**

EDP reformula sistema energético em Timor-Leste

● A EDP Internacional vai reformular o sistema eléctrico de Timor-Leste no âmbito de um acordo assinado com o Governo daquele país que visa ainda dar formação, prestar assistência técnica e elaborar um novo mapa energético.

Os objectivos foram traçados num memorando de entendimento assinado pela EDP Internacional e pelo Governo timorense com a finalidade de reorganizar o sistema energético do país, revelou à Lusa fonte da empresa.

"Seja ao nível das renováveis, seja em soluções térmicas, porque há uma central que está em construção, o objectivo é fazer com que o sistema seja harmonioso e funcional e, sobretudo, que permita às indústrias que se querem estabelecer ter a garantia de que a energia é fornecida nas melhores condições", disse à Lusa o administrador executivo da EDP Internacional, Paulo Miraldo.

"Temos a experiência necessária, bebendo a técnica da EDP Produção, da EDP Distribuição e da EDP Renováveis, para construir uma equipa de apoio ao Governo de Timor-Leste", salientou.

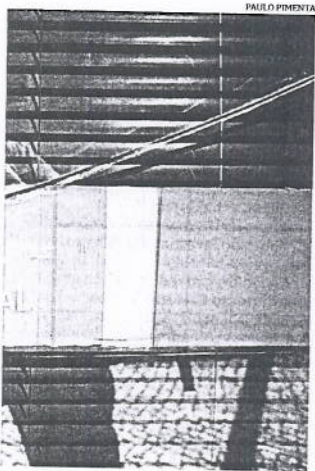
Para o administrador da EDP Internacional, o memorando assinado com o Governo de Timor-Leste "é um primeiro passo no sentido da EDP colaborar com as autoridades" e pode ser decisivo para a reorganização do sector energético.

"Desde a produção, seja ela térmica, hídrica, ou eólica, a EDP é hoje uma empresa consolidada no mercado internacional e capaz de ajudar empresas que estejam em fase de crescimento e desenvolvimento e é isso que se passa em Timor", disse Paulo Miraldo.

Questionado sobre se a EDP poderá entrar no capital da EDTL, a empresa timorense de electricidade, Paulo Miraldo escusou-se a responder, afirmando que "nem sim nem não, dependendo do modelo organizativo".

Essa é uma questão para que a EDP olhará "a seu tempo", referiu, admitindo a preferência pela concessão mediante "um compromisso com um plano de actividades rigoroso, a 15 ou 20 anos, com regras bem definidas". "Na minha opinião pessoal, esse é o modelo que nos parece mais adequado e é prática na região, em que o Estado não perde a propriedade da empresa", explicou.

A EDP Internacional tem acordos em África, no Caribe e na Ásia, nomeadamente em Macau. **Lusa**



PAULO PIMENTA